

AXIOS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ nº 37.719.352/0001-01 - NIRE 3530058813-4	
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2022	
<p>1. DATA, HORA E LOCAL: Em 20 de outubro de 2022, às 10h, na sede social da Axios Participações S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 171, pavimento 04, Bairro Bela Vista, CEP 01.311-904. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei n.º 6.404/1976 ("Lei das S.A."), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. MESA: Sra. Flávia Souto Lessa como Presidente; Sra. Pollyanne Souto Lessa Boczar, como Secretária. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (i) a alteração do endereço da sede da Companhia e, consequentemente, a alteração ao art. 2º de seu Estatuto Social; e (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. 5. DELIBERAÇÕES: Após a análise, exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, resolveram o abaixo descrito. 5.1. Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia para a Rua Augusta, n.º 101, 10º andar, Conjunto/Sala 1.017, Unidade 1, Bairro Consolação, CEP 01305-000, no município de São Paulo/SP, de modo que o art. 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º. A Companhia tem sua sede na Rua Augusta, n.º 101, 10º andar, Conjunto/Sala 1.017, Unidade 1, Bairro Consolação, CEP 01305-000, no município de São Paulo/SP, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir filiais, escritórios e quaisquer estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior". 5.2. Aprovar, em razão da deliberação acima tomada, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, ficando arquivada na sede da Companhia. São Paulo/SP, 20 de outubro de 2022. Mesa: Flávia Souto Lessa Presidente da Assembleia. Pollyanne Souto Lessa Boczar - Secretária da Assembleia. Acionistas: FSL Consultoria Empresarial Ltda. - Flávia Souto Lessa - Administradora; DIPO Participações EIRELI - Pollyanne Souto Lessa Boczar Administradora. VOS Participações Arquitetura e Urbanismo S.A. - Allyson Souto Lessa - Diretor.</p>	
<p>ANEXO I -- ESTATUTO SOCIAL -</p> <p>CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO: Art. 1º. A Companhia é uma sociedade por ações e possui a denominação de AXIOS PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), sendo regida pelas disposições da Lei n. 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas") e pelo presente Estatuto Social. Art. 2º. A Companhia tem sua sede na Rua Augusta, n.º 101, 10º andar, Conjunto/Sala 1.017, Unidade 1, Bairro Consolação, CEP 01305-000, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir filiais, escritórios e quaisquer estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Art. 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. CAPÍTULO II – OBJETO SOCIAL: Art. 4º. A Companhia tem por objeto social a participação em outras empresas com atividades preponderantes não-financeiras (holding de instituições não financeiras - CNAE 64.62.0.00). CAPÍTULO III – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Art. 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) representado por 50.000,00 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § 1º. Cada ação da Companhia dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. § 2º. As ações da Companhia não serão representadas por cautelas, presumindo-se a titularidade das ações pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. § 3º. A emissão de ações da Companhia será deliberada pela Assembleia Geral, e a integralização das ações emitidas poderá ser feita em dinheiro, créditos e/ou bens, observado o disposto no Art. 8º da Lei das Sociedades Anônimas. § 4º. As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá somente um proprietário para cada ação. Art. 6º. O reembolso de ações da Companhia será pago com base no menor valor entre (i) o valor econômico da Companhia e (ii) o valor de patrimônio líquido constante do último balanço apro vado pela Assembleia Geral, observadas as disposições da Lei n.º 6.404/76. O valor econômico da Companhia para efeito de reembolso será apurado por meio de avaliação realizada por três peritos ou empresa especializadas, nos termos do Art. 45, §3º, da Lei nº 6.404/76. Art. 7º. A aquisição, por qualquer título, de ações de emissão da Companhia, importará na transferência de todos os direitos e obrigações que lhes são inerentes, desde que não prescritos, e na adesão integral e incondicional a este Estatuto Social. CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIA GERAL: Art. 8º. A Assembleia Geral da Companhia reunir-se-á: (i) ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, a fim de discutir e deliberar as matérias constantes do Art. 132 da Lei das Sociedades Anônimas; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a Lei assim o exigirem. Art. 9º. A Assembleia Geral será convocada por qualquer diretor ou pelos órgãos ou pessoas previstos no Art. 123 da Lei das Sociedades Anônimas, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. § 1º. A Assembleia Geral será convocada na forma da Lei, mediante correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento, endereçada ao local indicado no Livro de Registro de Ações ou qualquer outro endereço previamente indicado pelo acionista, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. § 2º. Será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do Art. 124 da Lei das Sociedades Anônimas. § 3º. Os acionistas da Companhia poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais da Companhia por mandatário constituído a menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Art. 10º. A Assembleia Geral somente se instalará, em qualquer convocação, com a presença de acionistas que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital social com direito a voto. Art. 11º. As deliberações da Assembleia Geral, salvo aquelas para as quais seja exigido quorum especial por este Estatuto Social ou pela legislação em vigor, estarão sempre condicionadas a prévia aprovação de acionistas que representem pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital social votante da Companhia. Art. 12º. As atas serão lavradas em livro próprio, registrando as ocorrências e deliberações tomadas pela Assembleia Geral. CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA: Art. 13º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, com poderes e atribuições conferidos por lei e por este Estatuto. § 1º. Os membros da Diretoria serão pessoas naturais e capazes, acionistas ou não, devendo os membros da Diretoria ser brasileiros ou estrangeiros com o visto de permanência exigido pela legislação, residentes e domiciliados no País. Art. 14º. Os membros da Diretoria serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse nos livros de Atas da Diretoria, em até 30 (trinta) dias contados da eleição. Considera-se renunciante o membro da Diretoria que não tomar posse dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da eleição, qualquer que seja o motivo. § 1º. O impedimento temporário do administrador que exceder a 3 (três) meses de prazo deverá ser previamente autorizado pelo Assembleia Geral, devendo a autorização da Assembleia Geral ser dada por um período não superior a 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, face a motivo julgado relevante. Art. 15º. A remuneração anual global ou individual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. Art. 16º. É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador ou procurador da Companhia, que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas aos objetivos sociais, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, que estará sujeito o infrator. Seção I - Diretoria: Art. 17º. A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, será composta por, no mínimo, 02 (dois) e no máximo 04 (quatro) membros, todos sem designação específica ("Diretores"), os quais serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição. §1º Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. §2º No caso de vacância do cargo ou renúncia de Diretor, a Assembleia Geral deverá ser imediatamente convocada para deliberar pelo preenchimento da posição. §3º Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. §4º A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, por convocação de qualquer Diretor, com 3 (três) dias de antecedência, mediante carta, telegrama, correio eletrônico ou outro meio pelo qual possa se comprovar o recebimento, da qual constará a ordem do dia. §5º O Diretor ausente comprometer-se-á a firmar em livro próprio onde tenha seu voto consignado conforme suas instruções, não sendo admitido o voto por procuração. §6º As atas das reuniões, deliberações da Diretoria e posses de Diretores serão registradas em livro próprio. Art. 18º. Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto, compete a Diretoria desempenhar as matérias previstas neste Estatuto Social e em lei e, em especial, as abaixo relacionadas: (a) conduzir a política geral e de administração da Companhia e coordenar o andamento das atividades normais da Companhia; (b) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos; (c) adquirir bens imóveis, assinando os respectivos termos, contratos e escrituras; (d) adquirir, vender e alienar bens móveis, assinando os respectivos termos e contratos; (e) assumir quaisquer obrigações, praticar quaisquer atos e celebrar quaisquer contratos e instrumentos públicos ou particulares em nome da Companhia; (f) subscrever, adquirir, alienar e onerar participações societárias, valores mobiliários, cotas de fundo de investimento, ou quaisquer outras modalidades de investimento; (g) Nomear e substituir os auditores independentes da Companhia; (h) Pagar ou distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, conforme deliberação prévia da Assembleia Geral; (i) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia; (j) adquirir e alienar ações de emissão da própria Companhia para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação, sem necessidade de prévia aprovação da Assembleia Geral; (k) vender e alienar bens imóveis, assinando os respectivos termos, contratos e escrituras; (l) contrair empréstimos e financiamentos, alienar, hipotecar, empenhar ou de qualquer forma onerar bens móveis ou imóveis e conceder garantias reais ou fidejussórias, assinando os respectivos termos, contratos e escrituras; e (m) representar a Companhia em todos e quaisquer atos e negócios. Art. 19º. A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (i) em conjunto de 2 (dois) Diretores. CAPÍTULO VI – CONSELHO FISCAL: Art. 20º. A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. § 1º. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, admitida a reeleição. § 2º. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de Presidente do Conselho Fiscal. § 3º. Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, convocar-se-á o respectivo suplente. § 4º. As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei, sendo as suas deliberações tomadas por maioria de votos. § 5º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, nos termos da lei. CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO: Art. 21º. O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. Art. 22º. A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação da Diretoria, declarar e distribuir dividendos intermediários ou intercalares, à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros. Art. 23º. Dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas; e (iii) o saldo remanescente, após as deduções de que tratam os incisos anteriores, terá a destinação que vier a ser determinada pela Assembleia Geral, podendo ser distribuído entre os acionistas ou mantido, contabilmente, em conta de lucros ou prejuízos acumulados para futuras destinações ou compensações em resultados futuros. § 1º. A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observados a taxa e os limites estabelecidos na legislação fiscal. O valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio será deduzido do valor do dividendo mínimo obrigatório. § 2º. Com base no lucro líquido apurado e nas demonstrações financeiras do exercício social ou em balanço intermediário, especialmente levantado por proposta da Diretoria, a Companhia poderá distribuir dividendos semestrais, "ad referendum" da Assembleia Geral. § 3º. Fica facultado à Companhia, além do levantamento de balancetes semestrais na forma prevista no parágrafo acima, balancetes correspondentes a períodos menores, observadas as disposições da lei. Havendo lucro líquido em tais balanços poderá haver distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, por determinação da Diretoria. § 4º. Os dividendos e os juros sobre capital próprio serão pagos nas épocas e locais indicados pela Diretoria, revertendo em favor da Companhia os que não forem reclamados dentro de 03 (três) anos após a data do início do pagamento. CAPÍTULO VIII – DISSOLUÇÃO: Art. 24º. A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o período, de acordo com o estabelecido nos termos dos Arts. 208 e seguintes, da Lei das Sociedades Anônimas. CAPÍTULO IX - TRANSFORMAÇÃO: Art. 25º. A Companhia poderá ser transformada em outros tipos societários mediante deliberação de acionistas detentores de ações representativas 50% (cinquenta por cento) mais uma do capital social. CAPÍTULO X – FORO: Art. 26º. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas do presente Estatuto Social. Registrado pela Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o n.º 657.294/22-6, em 16/11/2022, conforme protocolo n.º 2.523.403/22-5, juntamente com o Estatuto Social pertinente; Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.</p>	

